

Estados definem acordo da dívida

Acordo para refinanciamento de débito de US\$ 20 bilhões será assinado na semana que vem

André Dusek/AE — 6/7/93

MARTA SALOMON

BRASÍLIA — Os Estados e municípios deverão assinar contratos para o refinanciamento da dívida de US\$ 20 bilhões até o final da próxima semana, previu ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho. A assinatura do compromisso e a retomada imediata do pagamento dos atrasados são consequência do acordo fechado ontem na Câmara, com a presença de secretários estaduais de Fazenda.

O projeto do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), que fixa regras para o refinanciamento das dívidas com instituições financeiras oficiais ou em contratos avalizados pela União, será aprovado com urgência. A rolagem é um ponto básico do Plano FHC.

O governo se comprometeu a facilitar o pagamento de

parcelas vencidas entre 30 de junho e a assinatura dos contratos, o que deverá ocorrer até 150 dias após a aprovação da lei. A reunião de ontem não tratou, porém, do ponto mais polêmico da rolagem: o percentual da receita de cada Estado que ficará comprometido com o pagamento da dívida. O assunto será definido por resolução do Senado. O secretário de Fazenda de São Paulo, Eduardo Maia, disse que seus colegas esperam comprometer apenas 7% das receitas no primeiro ano. "Não deverá haver acordo no percentual", já admite Clóvis Carvalho.

Dívida global — Apesar de o refinanciamento não atingir a dívida em títulos dos Estados e municípios, o percentual de comprometimento das receitas servirá como limite também para o pagamento da dívida mobiliária. Se um Estado

esgotar a capacidade de pagamento apenas com os compromissos mensais assumidos com o refinanciamento da dívida contratual, externa ou com FGTS e INSS, poderá ter rolada toda a dívida com títulos, dizem os secretários.

O acordo significa que os US\$ 20 bilhões referentes a contratos assinados até 30 de setembro com instituições oficiais de crédito ou empréstimos avalizados pela União serão refinanciados com os mesmos critérios para todos os Estados e municípios.

O Ministério da Fazenda tentou uma negociação caso a caso, mas desistiu. O projeto de Rigotto prevê que, em caso de inadimplência, o Tesouro Nacional poderá lançar mão das receitas dos Estados dadas como garantia. Estados devedores não receberão novos avais da União em operações de crédito.



Clóvis Carvalho

"Não deverá haver acordo no percentual"